

Pronto para a renúncia

Olimpio Cruz Neto
Da equipe do Correio

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) está prestes a tomar a decisão da sua vida. Já está pronta a minuta do texto da sua renúncia ao mandato de senador pelo estado da Bahia. "A renúncia tem diversos significados", explica o texto, preparado por publicitários da Bahia. "Renuncio ao mandato para não renunciar aos meus princípios, aos meus valores, à ética e à moralidade". Está tudo combinado entre ACM e os publicitários para que o ato de renúncia seja faturado politicamente, como primeiro passo da sua campanha ao governo da Bahia. A idéia é que o senador seja mostrado como alguém que foi perseguido politicamente, e afastado do Congresso Nacional pelas denúncias que fazia. Um fotógrafo renomado de Brasília, com vários prêmios de jornalismo, chegou a ser sondado por ACM para registrar seus últimos momentos no Senado.

No último domingo, o senador conversou ao telefone com um velho amigo baiano. Informou que já tinha todos os subsídios políticos, legais e regimentais para renunciar ao cargo. Bastava agora apenas optar pelo melhor momento para tomar a decisão. Na conversa, ele contou ao amigo que debateu o assunto longamente com o filho Antonio Carlos Júnior e com sua mulher, Arlete. "Falei disso com a Arlete. Ela está sendo muito companheira", declarou ACM, chorando, referindo-se à mulher. A referência de Antonio Carlos a Arlete, com quem está casado há mais de 50 anos, é reveladora.

A não ser no drama da morte de Luís Eduardo Magalhães, filho do casal, em 21 de abril de 1998, ACM jamais tinha posto a mulher no meio do noticiário político. As conversas de Antonio Carlos com seu filho no fim de semana também são reveladoras. ACM Jr., que é o suplente de senador na vaga de seu pai, visitou Antonio Carlos seis vezes no sábado e no domingo. Isso, dizem os amigos da família Magalhães, também é indício da definição pela

renúncia. "Júnior nunca vai à casa do pai tantas vezes num fim de semana", afirma o interlocutor do senador baiano.

De acordo com esse amigo de ACM, o senador baiano está pensando seriamente em renunciar hoje ou amanhã. Ele estaria decidido a anunciar a decisão em um discurso, em Salvador, entre a noite desta terça-feira e a manhã da quarta. Não quer fazer isso em Brasília, e sim na Bahia, onde concentrará sua vida política a partir de agora. Antonio Carlos pretende disputar a eleição estadual de 2002, aproveitando o prestígio que, até a eclosão da crise do painel eletrônico, garantia a ele, segundo pesquisa do Vox Populi, nada menos que seis milhões de votos para o governo da Bahia.

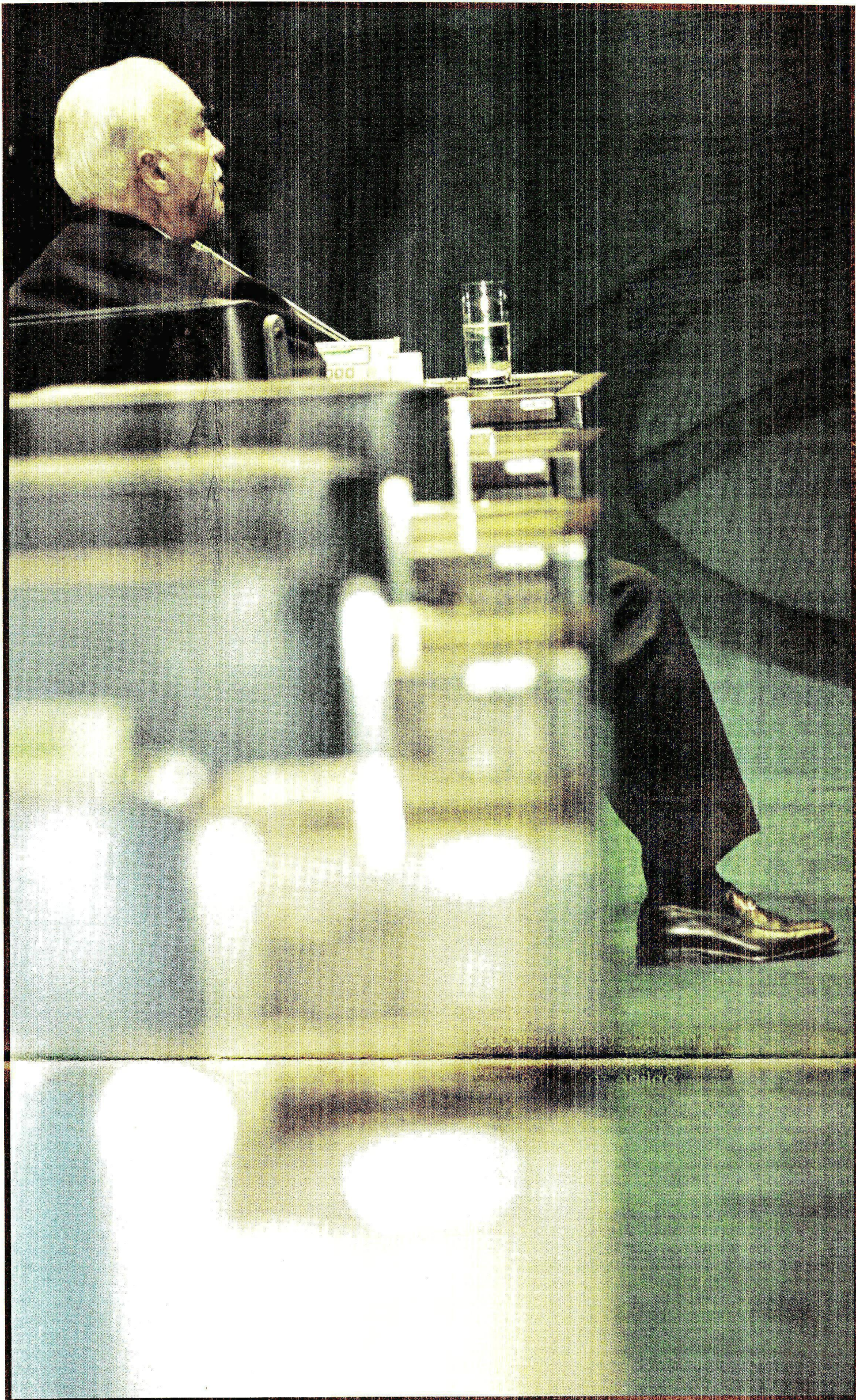
COMO UM MÁRTIR

A imagem de mártir da Bahia que está sendo afastado do cenário político de Brasília por sua briga contra os poderosos foi testada ontem à noite. O programa eleitoral do PFL, de 20 minutos, que foi veiculado nas emissoras de rádio e TV da Bahia, mostrou Antonio Carlos como vítima de uma campanha difamatória de seus adversários políticos. O programa bateu, insistentemente, na tese da teoria conspiratória traçada pelos inimigos de Antonio Carlos que o teriam colocado como o personagem central na violação do painel eletrônico do Senado.

"Mostramos como a questão do painel está sendo utilizada como armação no Congresso para cassar o mandato de Antonio Carlos Magalhães", explicou um pefelista. "O mesmo senador que foi reconhecido até pela oposição como o principal responsável pelo resgate da imagem do Senado, que brigou pela criação da CPI do Judiciário, que lutou pelo Fundo de Pobreza e pelo aumento do salário mínimo, está sendo colocado agora como um demônio".

A propaganda pefelista é uma tentativa de desfazer a idéia de que Antonio Carlos está por trás de todos os detalhes da operação do painel. Operação que foi confessada pela ex-diretora do Prodasen Regina Péres Borges.

Ronaldo de Oliveira



ACM JOGA COM A HIPÓTESE DE REVERTER A CASSAÇÃO NA MESA DO SENADO, QUE VAI ANALISAR O PROCESSO APÓS A VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE SATURNINO

Ela apontou ACM e Arruda como mandantes da violação do painel para a obtenção da lista com os votos da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. O programa utilizou trechos de discursos de diversos parlamentares que elogiaram publicamente Antonio Carlos na última sessão do Congresso presidida em março passado. As imagens de parlamentares do PT, como o deputado José Genoino (SP), do PPS, como o deputado Clementino Coelho (PE), e até do PMDB e PSDB, foram reproduzidas no programa.

AFLIÇÃO DE CADA DIA

Ao desembarcar ontem em Brasília, vindo de São Paulo onde esteve traçando as estratégias jurídicas com seus advogados, Antonio Carlos continuou negando que pretenda renunciar. Por enquanto. "Não vou renunciar nem amanhã (hoje),

"RENUNCIO AO MANDATO PARA NÃO RENUNCIAR AOS MEUS PRINCÍPIOS, AOS MEUS VALORES, À ÉTICA E À MORALIDADE"

Da minuta do texto que está sendo preparado por publicitários para a provável renúncia de ACM

nem quinta-feira", disse. "A cada dia, a sua aflição". O senador sabe que dificilmente vai reverter a posição do Conselho de Ética, que se reúne nesta quarta-feira

para votar o relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ). Os cinco senadores do PFL vão acompanhar o voto em separado apresentado pelo senador Paulo Souto (BA), trocando a cassação proposta por Saturnino por uma pena mais branda — a suspensão do mandato, a censura ou uma advertência. Mas, ACM vai tentar uma última cartada. Evidentemente protelatória.

Oficialmente, ele joga com a hipótese de reverter a cassação na Mesa Diretora do Senado, que vai analisar o processo após a votação do relatório de Saturnino. Caberá à Mesa — composta por sete integrantes, inclusive o desafeto Jader Barbalho (PMDB-PA) — analisar o mérito da decisão do conselho, que deve seguir Saturnino e recomendar a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra ele e o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF).

Antonio Carlos acredita que a Mesa não vai dar um rito sumário ao processo, como vem admitindo alguns dos seus integrantes. "É uma asneira. Ninguém pode dar um parecer de 2.423 páginas em 24 horas", afirmou. "O relator não seria levado de não estudar o caso para dar um parecer. Até porque, se assim o fizesse, esse parecer poderia ser impugnado".

O senador está convencido que um pedido de vistas do caso, por um dos integrantes da Mesa Diretora do Senado, poderá adiar a análise da abertura do processo de cassação. Com isso, ganharia 15 dias. O PFL tem dois integrantes na composição da Mesa: Edison Lobão (MA) e Mozarildo Cavalcanti (RR). No meio da tarde, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), reuniu-se com Lobão a portas fechadas para tratar dessa estratégia.